



Casa do Povo de Abela

Anexo

28 de Março de 2019

Índice

Balanço

Demonstração de Resultados por natureza

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	8
3.1	Bases de Apresentação e Mensuração.....	8
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	13
3.5	Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL	13
4	Activos Fixos Tangíveis.....	14
5	Custos de Empréstimos Obtidos	15
6	Inventários	15
7	Rendimentos e gastos	16
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	16
9	Instrumentos financeiros	17
10	Benefícios dos empregados	19
11	Acontecimentos após a data de balanço	19
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
13	Outras Informações	19
13.1	Investimentos Financeiros	19
13.2	Diferimentos	19
13.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	20
13.4	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
13.5	Fornecimentos e serviços externos.....	21
13.6	Outros rendimentos	21
13.7	Outros gastos	21
13.8	Resultados Financeiros	21

Balanço

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (2)
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	1 549 702,74	1 636 536,52
Bens do património histórico e cultural			
Investimentos financeiros	13.1	4 164,18	3 767,91
		1 553 866,92	1 640 304,43
Activo corrente:			
Inventários	6	17 213,49	17 618,03
Créditos a receber	9.1	12 257,55	10 569,50
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9.1	24 249,15	45 960,09
Diferimentos	13.2	7 936,31	4 498,03
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13.3	16 303,60	6 252,18
		77 958,80	84 897,83
Total do Activo		1 631 766,72	1 725 202,26
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		47 702,94	47 702,94
Excedentes técnicos			-
Resultados transitados		(211 387,48)	(155 138,56)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	479 966,27	515 164,91
Resultado líquido do período		(2 035,71)	(56 248,52)
Total do fundo de capital		314 246,02	351 480,37
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	5	1 018 555,48	1 095 296,61
Outras dívidas a pagar	9.2	80 319,57	80 319,57
		1 098 875,05	1 175 616,18
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.2	50 453,42	30 721,59
Estado e outros entes públicos	13.4	33 763,54	34 480,08
Financiamentos obtidos	5	9 274,27	538,68
Outros passivos correntes	9.2	116 687,78	117 896,67
Diferimentos	13.2	14 466,69	14 466,69
		218 645,65	198 103,71
Total do Passivo		1 317 520,70	1 373 721,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 631 766,72	1 725 202,26

Demonstração de Resultados por natureza

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2018	31/12/2017
		(1)	(2)
Vendas e serviços prestados	7	627 013,02	555 763,67
Subsídios, doações e legados à exploração	8	346 747,02	343 205,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(168 860,53)	(162 307,21)
Fornecimentos e serviços externos	13.5	(136 962,70)	(133 555,21)
Gastos com o pessoal	10	(602 504,29)	(572 720,47)
Outros rendimentos	13.6	91 213,78	72 107,83
Outros gastos	13.7	(4 680,64)	(6 842,06)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		151 765,66	95 661,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(117 748,41)	(113 603,11)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		34 017,25	(17 941,62)
Juros e rendimentos similares obtidos		.	10,00
Juros e gastos similares suportados	13.8	(36 052,96)	(38 307,30)
Resultado antes de impostos (EBT)		(2 035,71)	(56 248,92)
Imposto sobre o rendimento do período		.	.
Resultado líquido do período		(2 035,71)	(56 248,92)

Demonstração de Fluxos de caixa

Rubricas	Notas	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		634 027,99	541 841,51
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de bolões		-	-
Pagamentos a fornecedores		295 993,95	332 651,04
Pagamentos ao pessoal		570 998,05	535 439,53
	Caixa gerada pelas operações	(262 956,01)	(326 249,06)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		367 006,15	351 661,55
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	104 050,14	35 412,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		1 399,98	779,69
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4 727,34	4 647,32
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios no investimento		38 453,59	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	41 728,55	3 667,43
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	140 000,00
Recolhas de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		101 343,13	141 626,45
Juros e gastos similares		34 435,14	35 399,30
Dividendos		-	-
Recolhas de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(135 798,27)	(37 025,65)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10 050,82	2 234,27
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 252,18	3 997,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		16 303,00	6 232,18

1 Identificação da Entidade

A Casa do Povo de Abela, com o número de identificação de pessoa coletiva 500919887 tem a sua sede na Rua Dr. Francisco Costa, nº 10, Abela.

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e de utilidade pública, com estatutos publicados no Diário da República n.º 172, III Série, de 27-07-1994, legalmente equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) conforme Decreto Lei 171/98, de 25 de Junho, e declaração da Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Tem como finalidade desenvolver actividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo, exercendo como actividade principal o apoio social a idosos com e sem alojamento e como actividade secundária outras actividades de apoio social.

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nos termos do Art.º 10º do CIRC.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições em vigor em Portugal; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/2015 de 29 de Julho, e na Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

Não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

Todas as demonstrações financeiras são comparáveis com as do ano anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 - Principais políticas contabilísticas

3.1.1 - Bases Gerais de Apresentação e Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.1.7 Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos

Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 4 anos
Outros Activos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.1.1.8 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e que estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.1.9 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras créditos a receber

Os "Clientes" e as "Outras créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.1.10 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.1.1.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os encargos financeiros não capitalizados são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detectados quaisquer erros materiais com impacto nas demonstrações financeiras do período ou em períodos anteriores.

3.4 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNLs

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

Da adoção do novo normativo contabilístico não resultaram ajustamentos às rubricas do balanço ou da demonstração de resultados.

4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activo Bruto									
	Saldo em 1/1/2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terras e recursos naturais	589,21				589,21				589,21
Edifícios e outras construções	2 141 913,00				2 141 913,00				2 141 913,00
Equipamento básico	152 622,48	1 639,96			154 262,44	4 914,65			159 177,09
Equipamento de transporte	68 394,09	500,00			68 894,09	25 989,58			94 883,67
Equipamento administrativo	69 414,49	749,89			70 164,38				70 164,38
Activos fixos tangíveis em curso	-				-				-
Outros activos fixos tangíveis	2 211,95				2 211,95				2 211,95
	2 425 654,27	3 162,85	-	-	2 428 617,42	30 914,63	-	-	2 459 532,05

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1/1/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2018
Terras e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	449 523,75	29 778,86			479 302,61	59 787,65			539 090,26
Equipamento básico	100 502,56	12 090,32			112 592,88	10 385,49			122 978,37
Equipamento de transporte	58 894,09	500,00			59 394,09	6 500,00			65 894,09
Equipamento administrativo	68 394,51	1 215,18			69 609,69	1 045,30			70 655,00
Outros activos fixos tangíveis	2 252,24	18,74			2 270,98	18,74			2 289,72
	678 677,49	113 603,11	-	-	792 280,60	117 748,41	-	-	910 029,01
Activo Líquido	1 746 976,78				1 636 336,82				1 549 502,74

Gastos com Depreciações		
Activos Fixos Tangíveis	2017	2018
Terras e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	29 778,86	59 787,65
Equipamento básico	12 090,32	10 385,49
Equipamento de transporte	500,00	6 500,00
Equipamento administrativo	1 215,18	1 045,30
Outros activos fixos tangíveis	18,74	18,74
	113 603,11	117 748,41

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

À data de 31 de dezembro de 2018 a rubrica "Edifícios e Outras Construções" inclui a quantia escriturada de 100.154,45€ referentes aos edifícios do Centro de Dia, Sede Social e Bairro de Renda Económica, dados como garantia de empréstimos bancários da entidade.

A 31 de Dezembro de 2018 não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Nos exercícios findos em 2018 e 2017 todos os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos.

O detalhe da rubrica "Empréstimos obtidos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2018 é conforme se segue:

	2017	2018
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	1 085 298,61	1 018 555,48
Descobertos Bancários		
	<u>1 085 298,61</u>	<u>1 018 555,48</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Descobertos Bancários	538,68	9 274,22
	<u>538,68</u>	<u>9 274,22</u>
	<u>1 096 837,29</u>	<u>1 027 829,70</u>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	1 018 555,48	46 208,00	231 040,00	741 307,48
Descobertos Bancários	9 274,22	9 274,22		
	<u>1 027 829,70</u>	<u>55 482,22</u>	<u>231 040,00</u>	<u>741 307,48</u>

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2018
Matérias-primas e consumíveis	17 358,84	162 366,90		17 818,03	168 455,69		17 213,49
Produtos acabados							
...							
	<u>17 358,84</u>	<u>162 366,90</u>		<u>17 818,03</u>	<u>168 455,69</u>		<u>17 213,49</u>
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<u>162 307,71</u>			<u>168 469,51</u>
Variações nos inventários da produção							



7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2017			2018		
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido
Prestação de serviços	545 243,88	545 243,88	-	545 243,88	515 762,33	-
Matr. Mensalidades de utentes	542 437,38	542 437,38	-	542 437,38	513 410,33	-
Quilografos e joias	2 806,50	2 806,50	-	2 806,50	3 352,00	-
Juros	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos	-	-	-	-	-	-
Proveitos suplementares	-	-	-	-	-	-
Proveitos suplementares	-	-	-	-	-	-
Outros proveitos operacion	10 519,79	10 519,79	-	10 519,79	10 250,68	-
Outros prov. Operacionais	10 519,79	10 519,79	-	10 519,79	10 250,68	-
	555 763,67	555 763,67	-	555 763,67	527 013,02	-

A rubrica “outros proveitos operacionais” refere-se essencialmente ao reembolso das senhas de refeição e receitas do bar.

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	Subsídios							
	Balança				Demonstração de resultados			
	Capital próprio		Diferimentos		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
Valor atribuído	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Subsídios relacionados com activos	615 763,00	515 164,91	473 866,27	-	35 193,64	35 193,64	-	-
FSE - Fundo Social	6 432,00	3 920,00	1 340,00	-	-	-	-	-
Programa PARES, S.P.	625 133,00	483 094,87	443 616,21	-	33 353,68	34 273,68	-	-
Luta Freguesia Abela-Lar	5 020,00	4 890,04	3 873,25	-	729,66	124,93	-	-
Câmara Mun. Sant. Cosme-Lar	30 090,00	24 020,00	23 250,00	-	1 600,00	750,00	-	-
Oxapões - Banco de bens directos	639,00	720,00	725,00	-	90,00	45,00	-	-
Subsídios à exploração	11 619,70	-	-	-	-	-	343 215,94	343 747,02
ISS, S.P. - Acordo Cooperação Social	-	-	-	-	-	-	329 500,00	334 730,45
Autarquias - Protocolo Ref. Escolas	-	-	-	-	-	-	13 674,02	11 956,56
IEFP - Proj. 2015.EE.H16	11 619,70	-	-	-	-	-	1,51	0,00
	478 673,70	515 164,91	473 866,27	-	35 193,64	35 193,64	343 215,94	343 747,02



9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade são os seguintes: clientes, contas a receber;

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo são os seguintes: fornecedores, contas a pagar e empréstimos bancários.

9.1 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, estas rubricadas são detalhadas conforme se segue:

	Clientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Clientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	10 569,50	12 257,55			10 569,50	12 257,55
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
Clientes de Cobranças Duvidosas						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
	<u>10 569,50</u>	<u>12 257,55</u>			<u>10 569,50</u>	<u>12 257,55</u>

	Outras Contas a Receber	
	2017	2018
Fornecedores (saldos contrários)		1 181,65
Devedores por accréscimo de rendimentos		
Compart. Refeições escolares:		
Rendas a cobrar		
Outros Devedores		
SEFP, I.P.	4 181,23	4 191,29
ISS, I.P. - PARES	38 451,75	-
ISS, I.P. - Refeições acordos cooperação	1 276,28	18 876,61
	<u>43 919,30</u>	<u>24 249,45</u>

9.2 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, estas rubricadas são detalhadas conforme se segue:

Fornecedores

	2017	2018
Fornecedores, Conta Corrente	30 721,59	50 453,42
Fornecedores, títulos a pagar		
	<u>30 721,59</u>	<u>50 453,42</u>

Outras Contas a Pagar

	2017	2018
Não Correntes		
Outros Credores (Caução Emprestada)	80 319,57	80 319,57
Outros credores - ISS, IP		-
	<u>80 319,57</u>	<u>80 319,57</u>
Corrente		
Clientes (saldo contrário)	97,65	4 112,85
Pessoal	1 363,33	5 717,04
Fornecedores de investimentos	2 235,03	664,80
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	77 110,15	77 110,15
Outros acréscimos de gastos	958,63	958,63
Outros Credores	36 131,88	22 129,31
	<u>117 896,67</u>	<u>110 687,78</u>

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2018, foram, em ambos os períodos de 11 membros efectivos e 6 suplentes.

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações, nem existem quaisquer créditos concedidos ou outro tipo de compromissos assumidos com os mesmos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2018 foi de 51 e 52 respectivamente.

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Gastos com o Pessoal

	2017	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	457 325,01	483 077,26
Encargos sobre Remunerações	102 458,84	107 429,85
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	3 970,13	4 414,48
Outros gastos com Pessoal	8 966,49	7 582,70
	<u>572 720,47</u>	<u>602 504,29</u>

11 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção em 26 de Março de 2019.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social não se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo dívidas em processo de execução fiscal abrangidos por acordos prestacionais e outras não abrangidas por acordo.

13 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2018
Investimentos noutras empresas (Caixa Crédito Costa Azul)	1.015,00	1.015,00
Outros inv. financeiros (Fundo Compens. Trabalho)	2.752,91	3.089,18
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	3.767,91	4.104,18

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos Activos

	2017	2018
Diferimento de gastos Seguros	4.498,03	7.936,31
Outros gastos diferidos		
	4.498,03	7.936,31

Diferimentos Passivos

	2017	2018
Diferimentos da Rendimentos		
Projectos apoio emprego - IFFP	14 466,69	14 466,69
	14 466,69	14 466,69

13.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Caixa	1.377,94	427,76
Depósitos à ordem	4.874,24	15.875,24
Total	6.252,18	16.303,00

13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2017	2018
Saldos Devedores		
IRC - A Recuperar		
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar		
Contribuição p/ Seg. Social		
Saldos Creanceros		
Corrente		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	4 054,83	4 258,22
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	30 426,26	20 506,32
Contribuição p/ Seg. Social - prestações		
	34 481,09	33 764,54

13.5 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2017	2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	50.403,33	136.962,70
Materiais	5.703,95	5.734,02
Energia e fluidos	62.579,31	71.528,52
Deslocações, estadas e transportes	212,00	86,80
Serviços diversos	14.657,12	9.301,35
Total	133.555,71	136.962,70

13.6 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" detalha-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Rendimentos Suplementares	2.383,25	6.192,20
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5.287,32	7.457,34
Correções de exercícios anteriores	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	35.198,64	35.198,64
Donativos	29.238,62	42.365,60
Total	72.107,83	91.213,78

13.7 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" detalha-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos e Taxas	823,87	443,89
Correções exercícios anteriores	4.980,32	0
Dívidas Incobráveis	0	2391,14
Multas e penalidades	1.037,87	2.045,61
Total	6.842,06	4.880,64

13.8 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	35.496,55	33.133,14
Outros gastos e perdas de financiamento	2.810,75	2.919,82
Total	38.307,30	36.052,96
Juros obtidos		
Juros obtidos	10,00	0
Total	10,00	0,00
Resultados Financeiros	-38.297,30	-36.052,96

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Contabilista Certificado

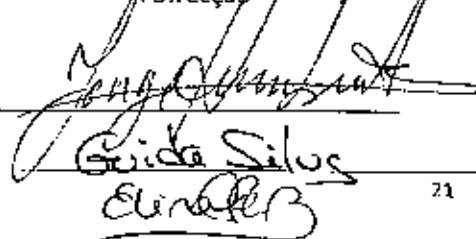
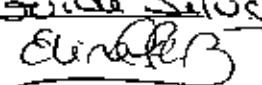


206456999

86188

Casa do Povo de
Largo do Parque,
NIF:500919887

A Direcção


Gilda Silos


21



Parecer do Conselho Fiscal - 2018

Prezados Sócios:

Terminado mais um ano, vem por este meio o Conselho Fiscal da Casa do Povo de Abela apresentar o seu parecer sobre as contas de 2018.

Como é do conhecimento geral, tem sido difícil o equilíbrio das contas da nossa instituição. Felizmente, e graças ao rigor implementado e em vigor, a situação caminha no sentido favorável e de recuperação.

Após conferência devida das referidas podemos verificar que no ano de 2018 a instituição apresentou um total de receitas (vendas e serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos) no valor de 1.064.973,82 e um total de despesas (custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimentos externos, gastos com o pessoal e outros gastos) de 913.208,16€. Os valores apresentados permitem apresentar um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) na ordem dos 151.765,66€.

Após análise de toda a documentação podemos concluir que a instituição apresentou em 2018 um resultado líquido do período de 2.035,71€ negativos maioritariamente provocado por gastos/reversões de depreciação e amortização e por encargos com juros e similares.

Este valor reflete o esforço efectuado que tem permitido melhorar os resultados de ano para ano. Deverá a direcção manter o bom caminho, com elevado rigor e determinação. O resultado em causa reflete esse bom caminho e a perspectiva de podermos caminhar para um equilíbrio das contas da instituição.

Com esta demonstração de resultados o Conselho Fiscal vem perante todos os sócios em geral, elementos da assembleia-geral e restante pessoal, emitir um parecer favorável sobre o relatório de contas apresentado pela Direcção.

Abela, 30 de Março de 2018

O Conselho Fiscal